



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual

LGBTI+ nas postagens do CFESS no Instagram: da visibilidade à LGBTIfobia

Guilherme Moraes da Costa¹

Resumo: As redes sociais tomaram lugar de protagonistas na cena pública. O artigo busca uma reflexão sobre o conteúdo da conta pertencente ao Conselho Federal de Serviço Social na rede social Instagram e as publicações relacionadas às dissidências sexuais e de gênero. Iniciamos o debate a partir de uma breve contextualização sobre a comunicação, das redes sociais e na particularidade deste artigo, a rede social Instagram. Em sequência, coletamos as postagens que são relacionadas às dissidências sexuais e de gênero. Centramos a análise no que dizem as postagens e os comentários deixados pelos usuários desta rede social que, em sua maioria, são positivos. No entanto, nos deparamos com usuários que ao manifestarem sua contrariedade, utilizam-se de desinformação e discursos associados à LGBTIfobia.

Palavras-chave: Serviço Social. Comunicação. Redes Sociais. LGBTI+.

LGBTI+ in CFESS posts on Instagram: from visibility to LGBTIphobia

Abstract: Social networks have taken the place of protagonists in the public scene. The article seeks a reflection on the content of the account belonging to the Federal Council of Social Service on the Instagram social network and the publications related to sexual and gender dissent. We started the debate from a brief contextualization about communication, social networks and in the particularity of this article, the social network Instagram. In sequence, we collected posts that are related to sexual and gender dissidences. We focused the analysis on what the posts and comments left by users of this social network say, most of which are positive. However, we come across users who, when expressing their opposition, use fake news and discourses associated with LGBTIphobia.

Keywords: Social Work. Communication. Social networks. LGBTI+.

1 INTRODUÇÃO

Quem detém informação, detém poder. Isso faz dela uma importante estratégia de ação política que fomenta ideologia, molda histórias e designa diversos processos sociais. Por isso, o ato de comunicar e transmitir ideias é um direito humano fundamental (RUIZ, 2009). Dada a importância dessa dimensão nessa sociabilidade, a comunicação é tida como o quarto poder (MEDINA, 2006), tanto que os meios de comunicação foram apropriados pelo mercado, de modo que moldam e dominam a opinião pública, definem a agenda pública e o debate popular. No Brasil, as redes de televisão são oligopólios de

¹ Assistente Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: guilhermemoresdacosta@gmail.com.

mídia chefiados por uma meia dúzia de famílias, que em alguns casos estendem seus tentáculos para rádios, jornais e ao ambiente virtual, refletindo a mercantilização da comunicação.

Nos últimos anos, com a popularização da internet ocorreram mudanças significativas neste contexto – considerando a particularidade brasileira, onde a grande mídia de massa é a televisão – com o advento das redes sociais, dos portais de notícias, especialmente a mídia impressa viu seus exemplares desaparecerem das bancas de jornais e suas receitas diminuírem consideravelmente. Efeito similar ocorreu com a televisão, em franca queda de audiência, comparada aos índices alcançados no final do século XX (BALLERINI; KÜNSCH, 2022). Apesar de que as pessoas não deixaram de assistir TV, houve uma mudança de comportamento pela qual parte do público migrou para os serviços de streaming, que se popularizaram na última década, diminuindo a capilaridade das emissoras de TV aberta no cotidiano da população.

Frente a isso, o Conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), tem no horizonte a democratização da comunicação como alicerce para uma sociedade mais justa e democrática, bem como sendo este um dos pilares para a Emancipação Humana (MARX, 2009).

Este debate ocorre anualmente nos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, nos quais há um eixo específico para esta pauta, além de Seminários Nacionais de Comunicação que ocorrem periodicamente. Na organização interna, tanto o CFESS, quanto os CRESS contam com uma Comissão de Comunicação composta pela direção, assessores (jornalistas, relações públicas e/ou assessores de imprensa) e em alguns CRESS, assistentes sociais de base. Essa comissão é responsável pela operacionalização de como as referidas entidades dialogam com a categoria e com a sociedade.

Neste processo, em 2007, para tentar uniformizar essa atividade na esfera de atuação do Conjunto, o CFESS elaborou a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS, documento que passou por revisões em 2011 e 2016. A edição atual desse documento contém os princípios e as diretrizes de difusão da informação no âmbito destas entidades. Considerando a especificidade desta reflexão, destacamos o 5º princípio:

5. Fortalecimento de uma comunicação plural, no que diz respeito à imagem e à linguagem, priorizando a diversidade e combatendo preconceitos por questões de gênero, orientação sexual, raça, etnia, etc. (CFESS, 2017, p. 15-16)

Tendo em vista a comunicação nos parâmetros acima descritos, centraremos nossa análise sobre o perfil do CFESS na rede social Instagram, com o recorte de publicações que envolvam a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e outras expressões das dissidências sexuais (LGBTI+).

A escolha da análise das publicações desta rede social se deu pela questão temporal, visto que o CFESS ter lançou o seu perfil nesta rede social em no dia 02 de julho de 2019. A coleta de dados incidiu então sobre as publicações que faziam menção direta ou indireta às LGBTI+ no período da primeira publicação até julho de 2021. Uma vez catalogadas essas publicações, verificamos o número de curtidas, de comentários e o teor destes comentários com vistas a compreender como essa pauta está sendo absorvida pela categoria.

Desta forma, iniciaremos contextualizando sobre o Instagram, outras estratégias de comunicação utilizadas pelo CFESS quando da tratativa das dissidências sexuais e de gênero. Tendo em vista confirmar as afirmações aqui propostas, a investigação se dará sobre os comentários deixados nas publicações catalogadas.

2 A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL

A comunicação é um reflexo do momento atual de uma sociedade. Considerando a especificidade da realidade nacional, no passado recente ocorreu a ascensão de um conservadorismo que estava latente. Esse processo começou com as jornadas de junho de 2013, quando protestos tomaram as ruas, inicialmente na cidade de São Paulo, cujo mote era a luta contra o aumento de R\$ 0,20 no transporte público. Porém, logo as manifestações expandiram a pauta inicial e se alastraram por todo o país. Da luta para barrar o aumento do transporte público na maior cidade do país foi desaguar em manifestações pelo impedimento da presidenta Dilma.

Na época o Brasil entrava numa recessão econômica e a política de conciliação de classes implantada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – em parte desgastada pela midiática Operação Lava Jato da Polícia Federal, aliada a uma crise econômica e a inabilidade política da presidenta da República em lidar com um grupo de

parlamentares conhecido como “Centrão” – não surtia mais o efeito desejado. Deste modo a insatisfação com o governo da presidenta Dilma Rousseff escalou e chegou a estas manifestações, exigindo seu impeachment. O que se viu então foi um ódio ao PT e a partir disso, saiu das sombras uma direita radicalizada, se servindo, inclusive com o surgimento de novos movimentos sociais como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL) que passaram a incentivar e coordenar estes protestos (ROCHA, 2018).

O grito das ruas ecoou no Congresso Nacional e houve uma ruptura democrática, quando em 2016, a presidenta foi deposta do cargo por meio de um processo de impedimento alicerçado num suposto crime de responsabilidade fiscal, justificado pelas chamadas “pedaladas fiscais”. Embora o texto constitucional preveja o impedimento da chefia do executivo, desta vez o que se viu foi um fajuto processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff que atendeu a diversos interesses que não o do regime democrático. Tratou-se de um golpe que se deu dentro do Estado e com a conivência da democracia burguesa (DEMIER, 2017).

Em consequência deste fato, o vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo sem nenhuma legitimidade, uma vez que trouxe consigo um projeto de governo que não foi ratificado pelo crivo das urnas, e, ao invés disso, passou a implantar uma agenda de ataques aos direitos da classe trabalhadora, como a reforma trabalhista, as tentativas de reforma da previdência e de venda da Eletrobrás – ambas concretizadas no governo atual –, além do congelamento de gastos com a saúde e educação por 25 anos. Importante lembrar que apesar das pesquisas de opinião mostrarem o alto índice de rejeição do governo oportunista e parasitário de Temer, especialmente pelo fato de que as condições de vida da população não melhoraram significativamente, isso não fez repetir o mesmo movimento pró-impeachment, que não se repetiu com a mesma intensidade. Desta vez a esquerda ocupou as ruas e as redes sociais com o slogan “Fora Temer”, o que não se concretizou, tendo ele saído apenas no dia 31 de dezembro de 2018, ao término do mandato tampão. Tal como a #elenão veiculada durante a campanha eleitoral de 2018, estas estratégias foram um fracasso, pois, além de não surtirem os efeitos desejados, a “nova” direita soube se apropriar mais rápido e melhor da narrativa das redes sociais que passaram a pautar a arena pública.

Na esteira de uma onda conservadora que atingiu democracias mundo afora personificado na eleição de governantes como Trump nos Estados Unidos, um populista

de extrema direita. A partir de janeiro de 2019, em um movimento similar, o governo Bolsonaro tem início, confirmando a condução política de caráter autoritário e antidemocrático, como foi declarada em sua campanha. Trouxe no bojo a implementação de um projeto de país ultraliberal e ultraconservador que dialoga com o fascismo. Bolsonaro elegeu o segmento LGBTI+ como um de seus principais antagonistas.

A noção de como as plataformas digitais também se tornaram vetor de construção de redes de ódio contra LGBTs, mulheres cis-heterossexuais e outras maiores silenciadas, construindo um caldo em que emergem e se proliferam memes (no sentido de ideias que vão sendo transmitidas de cérebro em cérebro e constituem a cultura, diferente dos memes da internet) fascistas (HENN, 2019), alicerça o olhar sobre como a “caça às bruxas” têm sido construídas e realizadas. Apresento, nesse percurso, algumas práticas que favorecem a proliferação desses memes através de signos: o bolosonarismo como símbolo da extrema-direita no Brasil; a desinformação que surge em um quadro de colapso informacional e de fortalecimento da fixação de determinadas crenças; o favorecimento do espalhamento digital de conteúdos da extrema-direita; a construção de plataformas anti-LGBTs, estratégias digitais de ataque à diversidade de gênero e sexualidade; como as informações falsas envolvendo o movimento “Escola sem Partido”, o projeto “Escola sem Homofobia” e sua transformação no “kit-gay”, o boicote, a censura, entre outras. (GONZATTI, 2022: 114-115).

Nas últimas décadas, o debate em torno das demandas do segmento LGBTI+ passaram a fazer parte do debate público, refletindo em políticas públicas, mesmo que de forma tímida. Esse movimento de luta, reconhecimento e conquista de direitos por parte deste segmento no interior do Estado causou uma reação dos setores conservadores da sociedade. Por exemplo, a atuação do governo Bolsonaro na condução das políticas públicas se deu por uma ótica moralista e saudosista do passado, além de fazer referência ao período da ditadura-empresarial-militar, alicerçou-se num discurso de que era preciso retornar ao ponto em que os órgãos governamentais não estavam contaminados pelo que eles chamavam pejorativamente de “esquerdistas” e “comunistas”. E ao conduzir a política pública neste sentido, uma parcela considerável da população que não se encaixa nestes estereótipos tidos como o ideal, são deixadas de fora da proteção social. Assim, a forma de conduzir as políticas públicas pelo governo Bolsonaro se deu a partir de uma retórica nacionalista, neoconservadora e fundamentalista religioso.

Por meio de estratégias como a disseminação de desinformação, promoveu um pânico moral contra a população LGBTI+ e suas demandas. Tem como prática a LGBTIfobia por meio de ações como negligência, repressão, perseguição e invisibilidade

deste segmento populacional tendo em vista criminalizar e extinguir do debate público o direito destas pessoas em acessar políticas públicas necessárias para o enfrentamento do preconceito e discriminação em razão de orientação sexual, expressão de gênero e/ou identidade de gênero dissonante da norma heterossexual.

Muitas vezes utilizado como cortina de fumaça, o pânico moral fomentado pelas ações de Bolsonaro surtira o efeito desejado porque encontraram ressonância na sociedade brasileira, alicerçada na heterossexualidade compulsória (RICH, 2012), no ideal de família tradicional e nos valores cristãos conservadores. Esta sociabilidade é dicotômica entre o padrão versus a margem, onde o padrão é o homem, branco, heterossexual, cisgênero e detentor dos meios de produção. Esse padrão também inclui a origem, onde um homem branco europeu ou estadunidense é mais valorizado do que um homem branco latino-americano – que nem é considerado branco nestes lugares –, africano ou asiático.

A divisão sexual do trabalho, aliada ao binarismo de gênero dita como homens e mulheres devem se comportar e o que é esperado de cada um deles. Nessa lógica, pessoas LGBTI+ são inadequadas, por isso, são marginalizadas e precisam ser readequadas ou mesmo extintas.

Afinal, na norma heterossexual ancorada na divisão sexual do trabalho, mulheres além de servirem para a procriação e perpetuação da espécie, também são de fundamental importância no trabalho doméstico não pago, para que homens possam então sair, trabalhar e ao final do dia retornarem com o sustento para a casa. Pessoas LGBTI+ inicialmente não se encaixam neste estereótipo visto que devido a pluralidade desta população, arranjos familiares similares à família nuclear burguesa não se aplicam de forma automática a realidade dessas pessoas.

2 A REDE SOCIAL INSTAGRAM E A COMUNICAÇÃO DO CFESS

O Instagram pertence à Meta®, empresa que tem como principal produto de seu portfólio a rede social o Facebook. Para acessá-la é necessário um aparelho celular conectado à internet e a realização de um cadastro para que possa realizar postagens. O aplicativo permite a visualização de imagens e vídeos. A interação entre os/as usuários/as se dá por meio visualização do conteúdo, curtidas em forma de “coração”, comentários e compartilhamentos, que podem ser direcionados a outras redes sociais como Facebook,

Twitter e WhatsApp. Além disso, é possível comentar as postagens, enviar mensagem privada e acessar pequenos vídeos que atendem por nome de *Reels* e os *Stories*, vídeos curtos que têm 24 horas de validade.

Os perfis nesta rede social podem ser de caráter pessoal, profissional – que engloba os chamados *digital influencers* das mais diversas áreas – ou institucional, como no caso do perfil do CFESS. Em consulta em fevereiro de 2023, o perfil do CFESS no Instagram tinha 86,3 mil seguidores. Em comparação com outras redes sociais, a entidade tinha 6.616 inscritos no Twitter, 149.566 pessoas que curtiram a página oficial no Facebook, 24,5 mil inscritos no canal do YouTube. Em nossa busca, não encontramos perfis oficiais da entidade em outras redes sociais populares como o Telegram e o Tiktok.

Cabe ressaltar que anterior ao Instagram, o CFESS utilizava outros meios e estratégias de comunicação que versavam sobre a temática das dissidências sexuais e de gênero, como a campanha de gestão “O amor fala todas as línguas. Assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual” de 2006, a campanha “*Nem rótulos, nem preconceito, quero respeito*” de 2011 em alusão à Resolução CFESS nº 615/2011 que trata do direito de assistentes sociais travestis e transexuais ao uso do nome social. Há também a divulgação dos posicionamentos políticos da entidade, que são divulgados através do boletim CFESS Manifesta. Na elaboração deste documento tanto pode vir da gestão da entidade ou de um/a profissional de referência naquela temática que é convidada/o a escrever sobre determinado assunto. O material possui de uma a duas páginas e embora seja uma leitura breve, tem profundidade das temáticas relatadas. Uma vez pronto, é submetido ao Conselho Pleno do CFESS e posteriormente disponibilizado no site da entidade.

Considerando a temática proposta neste artigo, catalogamos todas as publicações realizadas pelo CFESS na rede social Instagram que faziam referência a questões LGBTI+ no intervalo de tempo detalhado acima. Este levantamento encontrou oito publicações relacionadas à temática proposta. Fizemos o recorte por data, tema da publicação, quantidade de curtidas e de comentários.

Figura 1: Publicações no Instagram relacionadas às LGBTI+00



Fonte: Instagram @cfessoficial

Tabela 1 – Publicações no Instagram relacionadas às LGBTI+

DATA	PUBLICAÇÃO	CURTIDAS	COMENTÁRIOS
07/07/219	Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS/CRESS	687	18
17/05/2020	Dia Internacional de combate à LGBTIfobia. “Para assistentes sociais o combate à LGBTIfobia é mais do que um dever ético: é BANDEIRA DE LUTA! 3.287 curtidas	3.287	51
28/07/2020	Comemoração ao dia do Orgulho LGBTI+	3.194	31
17/07/2020	Combate à LGBTIfobia	5001	48
13/07/2020	Lançamento do livro com o compilado das discussões do Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans	853	32
20/11/2020	Dia Nacional da Consciência Negra. Na arte, duas mulheres negras com os dizeres: “As pessoas LGBT que têm sofrido distintas violências são em sua maioria, negras e pobres. Precisamos refletir sobre isso no nosso exercício profissional.	1.828	17
29/01/2021	Dia Visibilidade Trans. “Sou assistente social trans, somos referência”	1.773	28
28/07/2021	Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+ (vídeo)	4.547	71

Fonte: elaboração a partir da página do CFESS no Instagram

Concluída esta etapa, podemos perceber que as publicações são diversas e coloridas, fazendo alusão ao arco-íris ou quando trata de um segmento específico dentro da sigla, como travestis e transexuais, utiliza-se as cores azul, branco e rosa. Outra característica é que essas publicações ocorrem em datas que são importantes para o movimento LGBTI+, como o 28 de junho – dia Internacional do Orgulho LGBTI+, 17 de maio, dia Internacional de Combate à LGBTIfobia e o 29 de janeiro – dia da visibilidade trans. Das publicações analisadas a única que não pertence ao “calendário LGBTI+” é o 20 de novembro – dia da Consciência Negra, que em 2020 foi representado

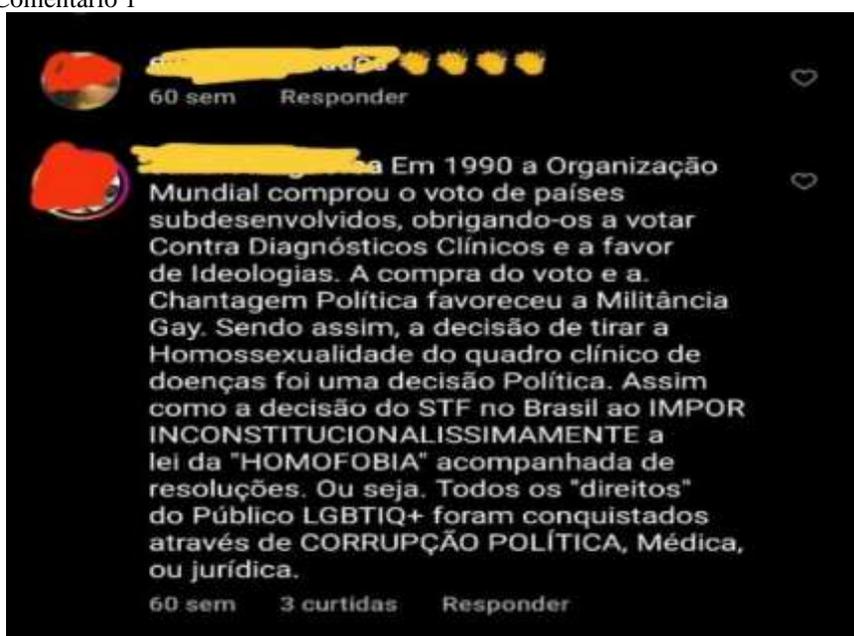
pela imagem de um casal lésbico, uma decisão política por parte do CFESS em interseccionar essas duas lutas.

A partir disso nosso foco se deu sobre os comentários das referidas publicações. Queríamos entender como a categoria profissional que acessa essa rede social percebe essas postagens. Recorremos a isso também porque nesta rede social não é possível curtir desaprovar o conteúdo, assim como, não temos acesso às mensagens privadas enviadas ao administrador da conta. Sendo assim, destacamos então as interações que consideramos de caráter LGBTIfóbico. Ressaltamos que não possível saber se todas as pessoas que comentaram são assistentes sociais, visto que não era nosso objetivo verificar o perfil individual de quem escreveu estas respostas.

Em todas as publicações o número de curtidas – que podemos traduzir como aprovação ou endosso do conteúdo apresentado – foram superiores ao número de comentários. Mesmo entre os comentários, em sua maioria são elogiosos, ou seja, novamente é possível depreender que há aprovação do teor destas publicações. Apesar disso, ainda tiveram alguns poucos comentários criticando as iniciativas.

Publicação referente ao dia 17 de maio de 2021, com o tema: Dia Internacional de combate à LGBTIfobia. *“Para assistentes sociais o combate à LGBTIfobia é mais do que um dever ético: é BANDEIRA DE LUTA!*, teve 51 comentários, dos quais destacamos:

Figura 2 – Comentário 1



Fonte: Instagram @cfessoocial

Este comentário diz respeito a uma prática comum nas redes sociais, o discurso de ódio. Trata-se de um exemplo de como a “nova direita” age se utilizando de desonestidade intelectual para falsear a narrativa no intuito de criar um inimigo que deve a todo custo ser eliminado.

A narrativa mítica complô, ainda que mantenha vínculos com dados factuais, inerente a toda construção mitológica – estabelece uma verdadeira transformação qualitativa da realidade, já que, na maioria das vezes, não só ultrapassa qualquer ordem cronológica como abdica da relativização dos fatos e situações históricas. [...] O fascista crê, firmemente, que esteja em marcha uma conspiração, empunhada por uma sociedade secreta, cujos contornos não estão, e nem precisam estar, muito esclarecidos. Os supostos inimigos podem ser desde organizações, partidos, a grupos específicos: os comunistas, os negros, os gays, as feministas e todos aqueles que não compartilham de seu universo mental. (MESSENERG, 2019, pg. 200).

Neste caso específico produz uma argumentação que tenta deslegitimar uma conquista histórica do segmento LGBTI+ fazendo uso de uma teoria da conspiração na qual a retirada da homossexualidade do rol de doenças reconhecidas pelo Catálogo Internacional de Doenças (CID) se deu por lobby e compra de votos. Para isso, se serve de uma estratégia cada vez mais utilizada, a disseminação de desinformação para legitimar seu ponto de vista, uma vez que num debate franco e cientificamente referenciado estes argumentos não se sustentam. Este comentário não teve nenhuma resposta, mas três perfis curtiram, dando seu aval para esse discurso falacioso.

Publicação do dia 28 de julho de 2021 com o tema “*Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+*”. Diferentemente das demais, que eram imagens, esta é um vídeo que teve 14.533 visualizações, 4.547 curtidas e 71 comentários, dos quais destacamos:

Figura 3 – Comentário 2:



Fonte: Instagram @cfessoficial

Neste comentário aparentemente temos uma referência ao ataque ocorrido no dia 24 de junho de 2021, quando um adolescente de Recife – PE, ateou fogo em Roberta do Nascimento Santos, uma travesti de 32 anos que vivia em situação de rua. Como resultado, ela teve 40% do corpo queimado, especialmente no tórax, abdômen, mãos e braços. Partindo do pressuposto de que a situação acima retratada coincide com o fato narrado, houve um exemplo do que podemos caracterizar como transfobia institucional (ALMEIDA, 2016), pois, ao ser socorrida foi internada no hospital que a colocou na ala masculina e os funcionários a tratavam pelo nome civil. Com a intervenção de movimentos de sociais da cidade, ela foi transferida pela ala feminina e passou a ser chamada pelo seu nome social. Durante o período em que esteve internada, ela sofreu diversas complicações, teve os braços amputados e por fim, Roberta não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. De acordo com o teor do comentário, a referida assistente social violou, em tese, alguns princípios do Código de Ética Profissional (II, VI, VII e XI), a Resolução CFESS 489/06 que coíbe práticas LGBTifóbicas no exercício profissional. Além de, por analogia, a Resolução CFESS 845/18 que trata do processo transexualizador que em seu artigo 6º trata do respeito ao uso do nome social das pessoas travestis e transexuais.

Há comentários que questionam o porquê destas postagens, ou ainda com reclamações gerais sobre inscrição, funcionamento dos CRESS, a implementação das 30 horas da jornada de trabalho e em todos os casos não há por parte do CFESS resposta aos questionamentos ou mesmo de comentários com o teor acima destacados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais se tornaram um dos principais palcos do debate público. Se antes a emissão da opinião ficava restrita a um grupo de pessoas próximas ou era mediada por um veículo de comunicação que determinava o que poderia e o que não poderia ser publicado, hoje com um celular conectado à internet e um perfil em uma rede social a pessoa pode dizer o que quiser.

Como tantos outros, ela percebeu as possibilidades oferecidas por um ecossistema informacional em que qualquer um pode publicar qualquer coisa a quase nenhum custo; em que fontes suspeitas são difíceis de distinguir das confiáveis; em que a caça por cliques privilegia manchetes sensacionalistas e frequentemente falsas; em que a busca dos algoritmos por engajamento

favorece conteúdos extremos; e em que uma interpretação pusilânime do dever jornalístico de “ouvir os dois lados” contribui para dar valor de verdade a narrativas sem qualquer lastro nos fatos, transformando mentiras em “diferenças de opinião”. (NUNES, 2022: 72).

Mas as redes sociais não são o território da livre expressão, elas possuem regras e a entrega de determinado conteúdo é gerenciada por algoritmos. Trindade (2009) ressalta que na particularidade do Twitter, comentários ofensivos que incitam o ódio tem maior alcance dentro da rede, tendo em vista que o ódio gera engajamento e quanto mais tempo o usuário passar dentro daquela plataforma sendo exposto a propagandas, mais aumenta o patrimônio das empresas que controlam as redes sociais. E muitas pessoas por acreditarem num suposto anonimato ou mesmo na impunidade fazem os comentários mais esdrúxulos, tal como representado na Figura 2. As redes sociais constroem pontes, mas não sem antes deixar muitas pedras espalhadas pelo caminho.

Em nossa busca nas referidas postagens no perfil do CFESS no Instagram, dos 296 comentários analisados nas oito publicações encontramos dois que destoam da direção estratégia da profissão, sendo um deles uma possível denúncia.

Relembremos que a liberdade é o valor ético central desta profissão e, dado isso o debate de ideias é perfeitamente cabível. Mas não o desrespeito aos direitos humanos e a desonestidade intelectual por meio de informações falseadas para justificar seus pontos de vista. O lastro conservador encontra pujança no capitalismo, que se apropria desta ideologia para se perpetuar.

O Projeto Ético Político profissional está em disputa e parte de suas defesas é a luta contra as opressões. O debate sobre as questões da população LGBTI+ no serviço social brasileiro é recente e por mais que existam iniciativas como a do CFESS e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), estas discussões ainda não encontraram a capilaridade o suficiente no interior da categoria para que todos/as os/as assistentes sociais compreendam que lutar contra a LGBTIfobia é batalhar por uma sociedade mais justa e igualitária. Assim como o reconhecimento de que o trabalho profissional de assistentes sociais é um espaço para a não violação de direitos, cabendo a estes profissionais recorrer às mediações necessárias para o enfrentamento da LGBTIfobia.

Neste sentido, a atuação do CFESS na esfera da comunicação caminha no sentido de uma disseminação de conteúdos de forma plural e democrática na direção de uma

outra sociabilidade. Pelo alcance desta rede social junto à categoria profissional, estas publicações têm o potencial de diminuir estigmas e preconceitos relacionados ao segmento LGBTI+, avançando na compreensão da importância dos direitos humanos dessas pessoas.

No entanto, como vimos nos exemplos citados, há um hiato entre as pautas que o Conjunto CFESS/CRESS defende e expõe em suas redes sociais e o conservadorismo que persiste no interior da categoria, bem como na sociedade. O discurso propagado na rede social é sim um problema, no entanto, é antes de tudo um sintoma. Se há (possíveis) assistentes sociais que me mesmo há luz do Código de Ética do/a Assistente Social se permitem tecer tais comentários, é preciso verificar em que momento da jornada profissional dessas pessoas o compromisso ético-político expresso na direção social da profissão não ficou nítido o suficiente. Se fecharmos os olhos de modo que tais situações se tornem cada vez mais recorrentes, estamos colocando em risco tudo o que o serviço social avançou e construiu ao longo de seus quase 90 anos de história no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. **Transfobia**. Brasília: CFESS, 2016. 16 p. (Assistente Social no combate ao preconceito).

BALLERINI, Franthiesco; KÜNSCH, Dimas. O Poder Suave das Telenovelas na Era do Streaming: os novos desafios da tv globo frente ao formato das séries de Hollywood. **Revista Comunicando**, Covilhã, Portugal, v. 11, n. 1, p. 1-18, 15 maio 2022.

Disponível em:

<https://www.revistacomunicando.sopcom.pt/index.php/comunicando/article/view/239/185>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CFESS - Conselho Federal de Serviço. **Hoje é o Dia Internacional do Orgulho LGBTI+, 28 de junho**. Instagram, Brasília, 28 jun. 2020. Instagram: @cfessoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CB9qf-gDq-d/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CFESS. **Hoje é o Dia Mundial de Combate à LGBTIfobia**. Brasília, 17 maio 2020. Instagram: @cfessoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAS0Ao3DEJ5/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CFESS. **Diversidade Trans em debate!** Brasília, 13 abr. 2020. Instagram: @cfessoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-75h4eHCPS/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CFESS. **Sou assistente social, sou trans: somos referência.** Brasília, 29 jan. 2020. Instagram: @cfessoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B75tVYPDD5s/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CFESS. **Hoje é o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro!** Brasília, 20 nov. 2020. Instagram: @cfessoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5FnVO-Du1l/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CFESS. **Lançamos hoje o material Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS.** Brasília, 7 set. 2019. Instagram: @cfessoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B2HZqkSjyRx/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CFESS. **Hoje (17/5) é o Dia Internacional de Combate à LGBTIfobia.** Brasília, 17 maio 2021. Instagram: @cfessoficial. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CO_CybgDyxo/. Acesso em: 01 jul. 2021.

CFESS. **Hoje é o Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+, 28 de junho! Assistentes sociais também celebram esta data!** Brasília, 28 jun. 2021. Instagram: @cfessoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQrAN4WrQTu/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CFESS. Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS. 3 ed. Brasília: CFESS, 2017. 38 p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/3a-PoliticaComunicacaoCfessCress-2016.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

GONZATTI, Christian. **Pode um LGBTQIA+ ser super-herói no Brasil?** Salvador: Devires, 2022.

MARX, Karl. **Para a questão judaica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. 81 p. Tradução de José Barata Moura.

MEDINA, Camila. Lugar do Jornalista: no centro das tensões. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (org.). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas.** São Paulo: Editora Record, 2006. p. 23-36.

MESQUITA, M. MATOS, Maurílio Castro. **O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito - reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS.** Revista EM PAUTA, p. 131-146, 2011.

MESSENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-216.

FERREIRA, Fernando Sarti; GASPAR, Gabriel Rocha. A economia política da Lava Jato. In: AUGUSTO JUNIOR, Fausto; GABRIELLI, José Sergio; ALONSO JUNIOR, Antônio (org.). **Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 195-222.

REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acessado em 01 jul. 2022.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: SOLANO, Esther (Org). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 47-52.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Comunicação como direito humano. In: SALES, Mione Apolinario; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Orgs.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p. 82-104.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022, 176 p.